Senhor Presidente
Senhores Vereadores

		Original	anexo	ao
Pro	ОС	n º _ 2	03/01	
Em 5 / 12 / 01 Am				

Considerando que o exercício do mandato exige do Vereador uma série de providências e iniciativas que requerem constante deslocamento e circulação pelas vias públicas da cidade;

Considerando que na grande maioria das vezes o Vereador não utiliza o veículo da Câmara Municipal e sim o de sua propriedade, que não é facilmente reconhecido pela comunidade em geral e pelos agentes de trânsito;

Considerando que em alguns momentos e em peculiares situações o veículo utilizado pelo Vereador deve ser reconhecido como oficial do Município, para que ele possa realizar devidamente suas funções como legítimo representante dos cidadãos;

Considerando que a Lei n.º 927-A, de 14 de dezembro de 2000 dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos veículos oficiais da Administração Direta e Indireta, e

Considerando nossa intenção de incluir na referida legislação dispositivo que garanta o reconhecimento dos veículos utilizados pelos Vereadores como oficiais do Município,

Submeto à apreciação do Egrégio Plenário o seguinte:

14

PROJETO DE LEI N.º 116/01 DOCUMENTO N.º 1518/01

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.º da Lei n.º 927-A/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos veículos oficiais da Administração Direta e Indireta.

Art. 1.º - Acrescente-se ao art. 1.º da Lei n.º 927-A, de 14 de dezembro de 2000 o seguinte parágrafo único:

"Art. 1.0 -

Parágrafo único – Serão também considerados como oficiais do Município os veículos que apresentem, afixado em local visível do painel interno, distintivo de identificação de Vereador à Câmara Municipal de São Vicente".

- Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA.

Em 4 de dezembro de 2001.

GEOVANE DE JESUS